

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

### **Ação civil pública**

- Defesa de grupos raciais, p. 289
- Defesa de grupos étnicos, p. 289
- Defesa de grupos religiosos, p. 289
- Democracia, p. 289
- Proteção das minorias, p. 289
- Discriminação positiva, p. 289

### **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

- Lei nº 1.999, de 28 de março de 2006, do Município de Presidente Epitácio.  
Distância para instalação e funcionamento de igrejas, templos e casas de culto, p. 525

### **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

- Lei nº 3.987, de 23 de novembro de 2012  
Autorização para realização de convênio. Contratação de mão de obra para as Unidades de Saúde do Município de São José do Rio Pardo, p. 530

### **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

- Resolução nº 96, de 28 de março de 2014, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
Inexistência dos direitos à revisão geral anual dos Agentes Políticos Parlamentares Municipais, p. 568

### **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

- Lei Complementar nº 01/10, do Município de Analândia, com alterações da Lei Complementar nº 02/12  
Servidor Público – Provisão em comissão – Regime celetista, p. 523

### **Ação Direta de Inconstitucionalidade**

- Lei nº 7.269, de 12 de maio de 2014, do Município de Guarulhos, de iniciativa parlamentar, p. 555

**Ação negatória de paternidade**

Ministério Público, p. 129

Filiação, p. 129

**Aparelho de comunicação em presídio**

Prevaricação imprópria, p. 61

Favorecimento real especial, p. 61

**Bom governo corporativo**

Governança, p. 433

Transparência de informações, p. 433

Responsabilidade Social Corporativa (RSC), p. 433

**Competições (reestruturação)**

Falência, p. 463

*Trustee* (administrador), p. 463

Informações, p. 463

Investigações, p. 463

Boas práticas, p. 463

Regulamentos, p. 463

**Contraditório material e formal**

Tutela antecipada, p. 217

Tutela cautelar, p. 217

**Devedor empresário**

Execução singular, p. 105

Pedido de falência, p. 105

Incompatibilidade, p. 105

Economia processual, p. 105

**Direito Administrativo**

Princípio da precaução, p. 349

**Direito Constitucional**

Dignidade, p. 193

Viver, p. 193

Morrer, p. 193

**Direito de Autor**

- Direitos da personalidade, p. 167
- Direitos intelectuais, p. 167
- Direitos morais, p. 167
- Sistema dos privilégios, p. 167
- Estatuto da Rainha Ana, p. 167
- Common Law*, p. 167
- Censura, p. 167
- Direito de paternidade, p. 167
- Direito de divulgação, p. 167
- Direito à integridade, p. 167
- Propriedade literária, artística e científica, p. 167

***Habeas Corpus* – Alegação de nulidade processual**

- Prisão regularmente executada e decretada judicialmente, p. 507
- Ausência de prejuízo, p. 507

***Habeas Corpus* – Regime de cumprimento penal**

- Progressão, p. 514
- Indeferimento, p. 514
- Inadequação da via eleita, p. 514
- Ausência de manifestação da defesa, p. 514
- Atuação do MP como fiscal da Lei de Execução, p. 514
- Estrangeiro, p. 514
- Impossibilidade de progressão, p. 514

**Mandado de Segurança – Manutenção de servidores não concursados na função**

- Cargo público, p. 577
- Concurso, p. 577
- Aprovação, p. 577
- Consequências, p. 577

**Ministério Público**

- Demandista, p. 395
- Resolutivo, p. 395
- Nova dinâmica, p. 395
- Expansão do princípio democrático, p. 395

Desafios, p. 395

Exigências, p. 395

### **Ministério Público**

Origem, p. 377

Evolução, p. 377

Previsão constitucional, p. 377

Estado Democrático de Direito, p. 377

### **Moeda, natureza jurídica, funções**

Moeda mercadoria e moeda virtual, p. 251

Riscos associados à perda de confiança na moeda de curso forçado, p. 251

### **Organizações sociais**

Contrato de gestão, p. 327

Licitação, p. 327

### **Pensão alimentícia**

Prisão civil, p. 147

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), p. 147

Protesto de sentença, p. 147

Cadastros de restrição de crédito, p. 147

Medida alternativa, p. 147

Celeridade, p. 147

Eficiência, p. 147

### **Prisão**

Ressocialização, p. 27

Penas, p. 27

Sistema prisional, p. 27

### **Publicidade administrativa**

Controle social, p. 295

Proibição administrativa, p. 295

Intimidade, p. 295

**Receptação**

Crimes antecedentes, p. 77

Adulteração de sinal identificador de veículo automotor, p. 77

**Recurso exclusivo da defesa**

*Reformatio in melius*, p. 495

Possibilidade, p. 495

**Responsabilidade empresarial**

Administração Pública, p. 271

*Compliance*, p. 271

**Right of privacy**

*Right of publicity*, p. 231

Direitos da personalidade, p. 231

Dignidade da pessoa humana, p. 231

*Common Law*, p. 231

**Sinase**

Execução, p. 93

Medidas, p. 93

Socioeducativas, p. 93

Unificação, p. 93

**Transação penal**

Confisco de bens, p. 501

Sentença homologatória de transação penal, p. 501

Natureza jurídica, p. 501

**Tribunais**

Presidência, p. 311

Eleição, p. 311

Politização, p. 311

**Vereador** – O Direito a informação exercido pelo parlamentar não pode ser vinculado ou restringido pelo regimento interno da Câmara de Vereadores, eis que é uma prerrogativa atribuída a qualquer cidadão, p. 597

